



Assembleia de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais
Município de Tomar

ACTA N.º 04

Aos catorze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas, no edifício sito na Rua Major Ferreira do Amaral, n.º 9, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tomar (São João Batista) e Santa Maria dos Olivais, em sessão ordinária, com a ordem de trabalhos constante da respetiva convocatória.

Presidiu à sessão o Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Joaquim Dias Palricas (PSD), coadjuvado pela 1.ª Secretária, Cristina Alexandra Duarte Brito Alves (PSD), e pelo 2.º Secretário, João Miguel Cruz dos Santos Manata (CDS/PP).

Feita a chamada, verificou-se estarem presentes os membros da Assembleia de Freguesia, com as devidas justificações apresentadas e substituições solicitadas, tendo sido ainda realizada a tomada de posse de um elemento do PS, Ana Sofia Patrício dos Anjos, de acordo com a lista eleita.

Registou-se igualmente a presença dos membros da Junta de Freguesia.

Membros presentes por força política:

- **PSD:** José António Fernandes Ferreira; Paulo Alexandre Matos da Silva Melo; António Joaquim Lopes Ferreirinha
- **PS:** Lino do Rosário Confraria de Freitas; João Jesus Tapadas Marques; Ricardo António Ribeiro Simões; Ana Catarina Carvalheira do Rosário Pereira; Ana Sofia Patrício dos Anjos
- **CDU:** José Maria Henriques Marques
- **CH:** Nelson Alexandre Carvalho Santos Silva

No âmbito do **Período de Intervenção do Público**, Augusto Barros usou da palavra e, após cumprimentar a Mesa da Assembleia e o Executivo da Junta de Freguesia, esclareceu que concorda com o arquivamento da auditoria deliberado na anterior assembleia ordinária. Referiu que as máquinas agrícolas existentes estavam em bom estado de funcionamento, e que sempre teve a preocupação de conservar o equipamento existente em bom estado. Reiterou que em 2024 apresentou um orçamento de cento e trinta e quatro mil euros, chumbado pela oposição.

Seguidamente, Alexandre Horta, Presidente da Junta, referiu que o tema da auditoria atendendo à deliberação tomada, estava ultrapassado, pelo que insistir no mesmo se mostra verdadeiramente extemporâneo. Esclareceu que os orçamentos do anterior executivo não foram chumbados, apenas não mereceram o voto da bancada do PSD. Nega que os orçamentos dos últimos quatro anos tenham sido chumbados, tendo sido sim *votados contra* pela bancada do PSD. Agradeceu ainda todas as máquinas deixadas pelo anterior executivo, lamentando que algumas delas tenham estado paradas demasiado tempo.

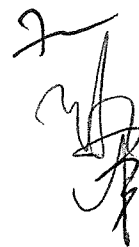
José Ferreira (PSD) fez uma pequena intervenção, sendo que Catarina Pereira esclareceu que Augusto Barros se terá referido a saldo de gerência e não a orçamento, ao que Alexandre Horta afirmou que a incorporação de tal saldo em 2025 foi realmente chumbada, mas que poderia ter sido submetida novamente à Assembleia, o que não sucedeu.

Não existindo mais inscrições do público, iniciou-se o PAOD, tendo o Presidente da Mesa apresentado diversas informações:

- Esteve presente no Congresso da ANAFRE, de 30/01 a 1/02 no Portimão Arena, em representação da freguesia. Referiu que o presidente da Junta não compareceu por tal ter decorrido na altura da tempestade *Kristin*, tendo ficado em Tomar para controlar a limpeza da cidade. Falou das moções apresentadas no congresso (“Pela Dignificação das Freguesias e Valorização dos seus Eleitos” – aprovada por unanimidade – e “Pela Sustentabilidade e Dignificação do Serviço de Correios nas Freguesias”). Referiu que o presidente da junta de freguesia foi eleito como vogal suplente do Conselho Diretivo.
- Mencionou que a Mesa da Assembleia decidiu marcar como *dia de atendimento ao público* a primeira terça-feira de cada mês, das 16.30 às 17.30 horas.
- Falou ainda de requerimento apresentado pelo vogal da CDU “Quais os investimentos em plano pela TEJO AMBIENTE em 2026 para o território da nossa União de Freguesias – discriminados e quantificados?” e “Qual o projeto de remodelação da Estação Elevatória de Marmelais – projeto da AdVT/EPAL?” que foram remetidos ao Presidente da Junta e que já obtiveram resposta.

Sobre o requerimento e da resposta obtida, o Vogal José Maria (CDU) entende que a resposta dada pela Tejo Ambiente é desrespeitosa, entendendo que o investimento a efetuar será “muito pouco para o necessário”. Solicita novamente ao Presidente da Assembleia para insistir numa resposta clara e objetiva ao requerido.

Sobre o assunto, Alexandre Horta concorda que investimento na freguesia é baixo. Relembra a obra a decorrer na Rua da Felicidade e no Casal Castilho.



O Presidente da Mesa deu ainda conta de que foram apresentadas, dentro dos prazos legais, duas moções e uma recomendação que foram aceites para apreciação:

- **Moção** da CDU sobre “50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa e o 50.º aniversário das primeiras eleições autárquicas democráticas” (em anexo);
- **Moção** do PS intitulada “Repúdio pela prática de atos de vandalismo” (em anexo);
- **Recomendação** da CDU para que o Executivo acompanhe a “Empreitada de Execução da Remodelação da Estação Elevatória de Marmelais (Tomar)” (em anexo).

Sobre a primeira moção, José Ferreira (PSD) concorda com a temática da moção, ressaltando que a sua bancada votará a favor com a retirada do ponto 4, uma vez que o plano de atividades já está aprovado, tornando-se complexo para a Junta de Freguesia fazer algo não planeado, propondo a retirada do mesmo.

José Maria (CDU) refere que o ponto 4 é apenas uma recomendação tendo Catarina Pereira (PS) questionado sobre as dúvidas. José Maria (CDU) retira ponto 4 da moção que, levada a votação, foi aprovada por maioria:

- Votos a favor: 12 (PSD, CDS, PS e CDU)
- Votos contra: 0
- Abstenções: 1 (CHEGA)

A Moção do PS, “Repúdio pela prática de atos de vandalismo”, foi apresentada por José Tapadas (PS), tendo o Presidente da Mesa condenado o vandalismo e Paulo Melo (PSD) aludiu a outros murais vandalizados e corrigiu a data do mural (2020).

O Presidente da Junta Alexandre Horta (PSD) questionou sobre como poderão proteger os murais. Referiu que já contactou a autora da obra e que já adjudicou a reparação da mesma.

Submetida a votação, a moção foi aprovada, com a seguinte votação:

- Votos a favor: 12 (PSD, CDS, PS e CDU)
- Votos contra: 0
- Abstenções: 1 (CHEGA).

Finalmente foi apresentada a recomendação da CDU que foi aceite como tal.

Paulo Melo (PSD) pediu a palavra e apresentou um *voto de pesar* pelo falecimento de três figuras ilustres da cidade de Tomar (professor Zeca Pereira, sr. Gonçalves e Isabel Dantas), referindo a atividade desempenhada pelos mesmos na sociedade tomarense, com o seguinte teor:

“VOTO DE PESAR (Pelo falecimento do Professor Zeca Pereira, de Isabel Dantas e de António Manuel Marques Gonçalves)



A Bancada do PSD na Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São João Batista (Tomar) e Santa Maria dos Olivais manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Professor Zeca Pereira, de Isabel Dantas e de António Manuel Marques Gonçalves, três personalidades que, em diferentes contextos, marcaram de forma relevante a vida pública, social e comunitária do concelho de Tomar.

O Professor Zeca Pereira destacou-se pelo seu compromisso com a causa pública, tendo exercido funções de Presidente da Assembleia Municipal de Tomar com elevada dignidade institucional, sentido de responsabilidade e dedicação ao concelho. A sua ligação à Festa dos Tabuleiros, ao longo de vários anos, constitui igualmente um contributo relevante para a preservação e valorização de uma das mais emblemáticas tradições tomarenses.

António Manuel Marques Gonçalves ficará ligado à construção do poder local democrático, enquanto membro das primeiras listas autárquicas pós 25 de Abril, tendo desempenhado um papel relevante numa fase determinante da vida coletiva. O seu percurso cívico, aliado às funções exercidas no Pavilhão Municipal de Tomar, reflete um exemplo de dedicação ao serviço da comunidade.

Isabel Dantas, antiga comerciante bem conhecida da cidade de Tomar, será recordada pela sua forte ligação à vida comunitária e ao comércio tradicional, nomeadamente através do emblemático estabelecimento “Mundo das Malas”, que marcou gerações e o tecido comercial local. Destacou-se ainda pela sua participação ativa em diversas iniciativas da cidade, desde a Festa dos Tabuleiros à ornamentação de ruas e outras manifestações culturais e tradicionais, revelando sempre um profundo apego às raízes tomarenses e um espírito de proximidade e dedicação à comunidade.

As suas partidas representam perdas significativas para o concelho de Tomar, deixando um legado de serviço, compromisso e participação cívica que importa reconhecer e preservar.

Às famílias enlutadas, amigos e a todos os que com eles privaram, são endereçadas as mais sentidas condolências.

Tomar, 14 de abril de 2026

Pela Bancada do PSD”.

Entrando-se no **Período da Ordem do Dia**, foi apresentado o “**Ponto Um - Análise e Votação das Atas das Sessões de dezembro/25 e março/26**”, que, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos habilitados com abstenção do CHEGA.



Iniciando-se o “**Ponto Dois** – Análise e Votação da Proposta de Revisão do Regimento da Assembleia”, o Presidente da Mesa da Assembleia fez uma apresentação sumária da proposta redigida pelo grupo de trabalho, nomeadamente para precaver aspetos relacionados com o *Regime Geral de Proteção de Dados* e com a Lei em vigor, entregando uma declaração para preenchimento pelos vogais da Assembleia de Freguesia e pelo executivo da Junta de Freguesia.

Catarina Pereira (PS) questionou se o regimento iria ser votado ponto por ponto ou na generalidade.

José Maria (CDU), referiu que o ponto nº 4 do artigo 45º lhe restringiria significativamente o seu tempo de intervenção, tendo Catarina Pereira (PS) referido que não concorda com a limitação do princípio da proporcionalidade com a limitação imposta pelo do nº 4 do artigo 45º.

José Ferreira (PSD) propõe que regimento volte novamente ao grupo de trabalho para que seja acertada a distribuição dos tempos por todos os elementos do grupo tendo o Presidente da Mesa corroborado esta posição, para discussão da distribuição dos tempos de uso da palavra.

Intervenção de seguida Catarina Pereira (PS) que refere não ser necessário baixar novamente ao grupo, propondo a alteração da duração máxima para 120 minutos do ponto 1 do artigo 34º ou propondo a atribuição de um período por cada ponto a discutir.

Continuando a sua intervenção, Catarina Pereira (PS) saúda o trabalho realizado na revisão e atualização do regimento da Assembleia de Freguesia, afirmando que a bancada do PS votará a favor da alteração do regimento proposta pelo grupo de trabalho com a alteração sugerida para o ponto 1 do artigo 34º, apresentando uma declaração com o seguinte teor:

“PONTO 2 - Análise e revisão do Regimento

O Grupo do Partido Socialista saúda o trabalho realizado na revisão e atualização do Regimento da nossa Assembleia de Freguesia.

Estamos perante um documento muito importante, porque não se trata apenas de uma formalidade administrativa. O regimento é a base do funcionamento desta Assembleia. É ele que define as regras do debate, a organização dos trabalhos, os direitos e deveres dos membros, a forma de convocação, o uso da palavra, os mecanismos de votação e, em geral, as condições em que este órgão deliberativo exerce as suas funções. Por isso, atualizar este instrumento significa também atualizar a forma como exercemos a democracia local.

Quero, desde já, destacar o mérito do trabalho efetuado. A proposta apresentada demonstra um esforço sério de sistematização, clarificação e modernização das normas internas. Ao longo do



documento, verifica-se uma preocupação em tornar mais claras as regras de funcionamento, melhorar a disciplina dos trabalhos, reforçar a transparência e garantir que todos os eleitos dispõem de um quadro mais preciso para o exercício das suas funções.

O novo texto vem clarificar matérias essenciais, como a convocatória das sessões, a instalação dos órgãos, a composição e competências da Mesa, a participação da Junta nas sessões, os tempos de intervenção, o uso da palavra, as votações, a apresentação de moções, requerimentos e declarações de voto, bem como a publicidade dos trabalhos e das deliberações. Esta clarificação é especialmente relevante porque reduz ambiguidades, evita interpretações divergentes e contribui para um funcionamento mais eficaz e mais previsível da Assembleia.

Também valorizamos o facto de este regimento reforçar a organização dos trabalhos e a dignidade do debate político. Uma Assembleia de Freguesia deve ser um espaço de discussão séria, plural e respeitadora, onde todos os grupos possam intervir em condições de igualdade e onde o interesse da freguesia esteja sempre acima de qualquer lógica de confronto estéril. Ao estabelecer regras mais claras sobre o uso da palavra, os tempos de intervenção e a ordem dos trabalhos, este regimento ajuda precisamente a isso: a tornar o debate mais produtivo, mais ordenado e mais respeitador.

Outro aspeto que importa sublinhar é a preocupação com a transparência e a participação. O regimento atualizado reforça a publicidade das reuniões e dos atos da Assembleia, permitindo uma maior proximidade entre os eleitos e os fregueses. Num tempo em que os cidadãos exigem mais abertura, mais informação e mais prestação de contas, este é um sinal muito positivo. A democracia local só ganha quando os seus órgãos funcionam com regras claras e com uma forte ligação à comunidade.

Do ponto de vista político, o Partido Socialista entende que este trabalho merece apoio porque contribui para fortalecer a credibilidade institucional da Assembleia de Freguesia. Um regimento atualizado não é apenas uma formalidade técnica; é uma garantia de bom funcionamento democrático. É um instrumento que protege os direitos de todos os eleitos, assegura a regularidade das deliberações e valoriza o papel deste órgão perante a população.

Por isso, a bancada do PS votará favoravelmente esta proposta. E fá-lo-á por entender que o documento apresentado traduz responsabilidade, sentido institucional e preocupação com a melhoria do funcionamento da Assembleia. Votá-lo favoravelmente é também reconhecer o trabalho feito, valorizar o esforço de atualização normativa e assumir um compromisso com uma Assembleia mais organizada, mais transparente e mais eficaz.



Termino, portanto, deixando clara a posição da bancada socialista: estamos disponíveis para contribuir para um funcionamento cada vez mais exigente, mais democrático e mais próximo dos fregueses. E é precisamente por entendermos que este regimento vai nesse sentido que o nosso voto será favorável.

Muito obrigado.

Tomar, 14 de Abril de 2026

Os eleitos da oposição / Bancada do PS”.

Finalmente, foi o documento submetido a votação, com a alteração do nº 1 do artigo 34º que ficou com a seguinte redação: “Em cada sessão ou reunião ordinária ou extraordinária da Assembleia de Freguesia o Período da Ordem do Dia tem a duração máxima de cento e vinte minutos.”. O documento foi aprovado, com a seguinte votação:

- Votos a favor: 13 (PSD, CDS, PS, CHEGA e CDU)
- Votos contra: 0
- Abstenções: 0

Para todos os efeitos, o documento fica a constar como parte integrante desta acta.

Seguidamente, entrando-se no “**Ponto Três** – Análise e Votação do Relatório de Gestão do Ano de 2025”.

José Maria (CDU), no uso da palavra referiu nada ter a apontar quanto às contas, tendo Lino Freitas (PS) esclarecido que o relatório apresentado merece o voto a favor do PS por respeito ao anterior executivo, sendo apresentada a seguinte declaração justificativa:

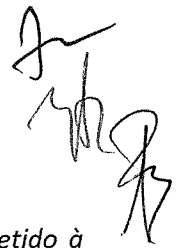
“PONTO 3 - Relatório de Gestão do Ano de 2025

Senhor Presidente,

Senhor Presidente da Junta,

Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia de Freguesia,

Caros colegas,



O Relatório de Gestão e prestação de contas relativo ao exercício de 2025, hoje submetido à apreciação desta Assembleia, apresenta de forma clara e rigorosa a atividade desenvolvida ao longo do ano, permitindo uma leitura objetiva da execução financeira, orçamental e das principais ações realizadas.

Da análise do documento resulta que a anterior governação, liderada pelo Partido Socialista, desenvolveu a sua missão com sentido de responsabilidade, continuidade e compromisso com a freguesia. O relatório demonstra uma gestão pautada pelo rigor, pela prudência e pela capacidade de resposta às necessidades da comunidade, numa conjuntura em que a estabilidade administrativa e financeira assume particular importância.

Importa salientar que a receita efetivamente cobrada atingiu os 902 670,40 €, e que a execução global da despesa se fixou em 681021,74 €, evidenciando uma gestão equilibrada dos recursos disponíveis. Também o saldo de gerência para 2026, no valor de 356 340 59 €, traduz uma situação financeira confortável e uma base sólida para a continuidade da ação autárquica.

É igualmente de assinalar o trabalho desenvolvido nas áreas de maior expressão da atividade da freguesia, designadamente no apoio social, na dinamização cultural, na limpeza urbana, na manutenção do espaço público, na valorização das infraestruturas e no reforço da proximidade às populações. O relatório espelha inda um nível relevante de execução nos planos de atividades e investimento, o que revela empenho, organização e capacidade de concretização.

Naturalmente, a nova governação CDS/PSD assume funções com vontade de continuar este percurso, valorizando o que foi bem feito, corrigindo o que seja necessário melhorar e reforçando uma cultura de serviço público assente na responsabilidade, na proximidade e na eficiência.

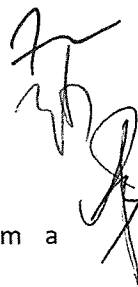
Assim, e sem prejuízo de opções políticas diferentes, entende-se que o presente relatório merece a aprovação desta Assembleia, como reconhecimento do trabalho realizado pela anterior equipa e como sinal de respeito pela continuidade institucional da freguesia.

Muito obrigado”.

Submetido a votação, o documento foi aprovado, com a seguinte votação:

- Votos a favor: 11 (PSD, CDS e PS)
- Votos contra: 0
- Abstenções: 2 (CHEGA e CDU)

No âmbito do **Ponto Quatro** – Análise e Votação da Proposta de alteração do Mapa de Pessoal, foi esclarecido por Alexandre Horta que os critérios foram restringidos por forma a delimitar as



candidaturas, procurando-se, assim, uma maior adequabilidade ao pretendido com a contratação.

Submetido a votação, o documento foi aprovado, com a seguinte votação:

- Votos a favor: 12 (PSD, CDS, PS e CDU)
- Votos contra: 0
- Abstenções: 1 (CHEGA)

Seguidamente, entrando no **Ponto Cinco** da Ordem de Trabalhos, “Análise da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia”, José Maria (CDU) questionou quanto à diminuição do número de eleitores e à atribuição de cabazes sociais, solicitando informação quanto à previsibilidade de aumento do mapa de pessoal.

José Ferreira (PSD) referiu que a informação se encontra bem estruturada e, seguidamente, o Presidente da Junta Alexandre Horta esclareceu terem sido apoiadas 173 famílias, informando ainda que foi obtido acordo com o proprietário do prédio confinante ao “Bairro do Colégio” por forma a realizar as obras de saneamento essenciais no local. Esclareceu que o mapa de pessoal foi aprovado em Assembleia. Lamenta igualmente a diminuição do número de eleitores da Junta, sendo que o concelho de Tomar perde população há longa data. Reiterou que a plataforma designada por GesAutarquia já teve vários incidentes registados, sendo que a maioria deles se encontram regularizados.

Paulo Melo (PSD) questionou ainda o executivo quanto à participação na Comissão Social de Freguesia e ao resultado da mesma, ao que Alexandre Horta esclareceu ter tido lugar reunião em 11/3/2026, tendo comparecido 45 entidades, com um resultado que considera positivo.

Ponto 6 - Outros assuntos de interesse da Freguesia:

José Maria (CDU) - Questionou o Presidente da Junta, Alexandre Horta, quanto aos prejuízos provocados pela Tempestade *Kristin* na Freguesia e também solicitou informação quanto a atrasos no pagamento da responsabilidade do IHRU no pagamento das habitações a baixo custo e eventuais consequências de tal atraso na conclusão da obra, ao que Alexandre Horta (PSD) respondeu não ter informação quanto ao IHRU, reiterando que a Freguesia foi das mais afetadas no concelho, registando-se mais de 300 ocorrências.

João Tapadas (PS) – Questionou sobre o encerramento do parque de autocaravanas, manifestando preocupação quanto ao facto de os caravanistas estarem a usar o espaço adjacente à Igreja de Santa Maria do Olival, que não reúne condições. Perguntou ainda se o Presidente da Junta de Freguesia tem informação quanto à exoneração do comandante dos Bombeiros Municipais de Tomar e se existe data prevista para a limpeza da fonte de São Lourenço e Capela

de São Lourenço, onde estão ainda várias árvores caídas. Congratulou-se com a existência de saneamento na escola de Valdonas.

Alexandre Horta, Presidente da Junta, solicitou a utilização do GesAutarquia para reportar incidentes, por ser mais célere a identificação dos mesmos e a implementação de medidas reparadoras. Não tem conhecimento de local para estacionamento das caravanas. Referiu que a ausência de comandante dos Bombeiros é uma enorme preocupação, sendo que considera que a restante corporação é capaz e está apta a ultrapassar o momento.

Informou que a reparação do telhado da capela de São Lourenço não é da responsabilidade da Junta, apenas a limpeza do local, que já foi feita. Referiu que a limpeza do espaço envolvente aos *ecopontos* não é da responsabilidade da Junta, mas que esta tem implementado os procedimentos de limpeza necessários, estando até em curso uma campanha, em parceria com os dois agrupamentos de escolas, Câmara e Resitejo, para a sensibilização sobre a correta utilização dos *ecopontos*, onde as três melhores obras dos alunos farão parte de painel que será colocado junto dos mesmos. Esclareceu que a colocação do saneamento na escola de Valdonas foi da responsabilidade da Câmara.

Questionado, por Lino Freitas (PS), quanto ao projeto do ringue da Encosta das Maias e quanto ao projeto do Casal dos Frades, Alexandre Horta, Presidente da Junta, esclareceu que o primeiro se encontra na divisão de desporto da Câmara Municipal, aguardando financiamento. Quanto ao Casal dos Frades, está agendada nova data para apresentação, estando o projeto de arquitetura concluído.

Por fim, Joaquim Palricas (Presidente da MAF) referiu que os efeitos da tempestade *Kristin* foram devastadores no concelho, salientando a pronta e diligente atuação da Junta de Freguesia e de muitos voluntários que acorreram ao chamamento de ajuda.

Finalmente, foi lida, por Cristina Brito Alves, a ata em minuta, por todos aprovada.

Nada mais tendo sido discutido, para constar, foi a presente acta redigida e, achada conforme vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia,

A 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia de Freguesia,

O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia de Freguesia,